|  |
| --- |
| **PROCESSO LICITATÓRIO N.º 37/2023**  **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 08/2023**  CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE LEVANTAMENTO E PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA - REURB, VISANDO CUMPRIR DECISÃO JUDICIAL DO PROCESSO N.º 057/1.18.0002874-8 DA 1ª VARA DA COMARCA DE LAGOA VERMELHA. |

O **MUNICÍPIO DE IBIRAIARAS**, nos termos da lei 14.133 de 1º de abril de 2021, e do Decreto Municipal nº 3.259 de 30 de março de 2022, torna público o presente edital de licitação, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO,** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, através do site [www.pregaoonlinebanrisul.com.br](http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br), bem como as condições a seguir estabelecidas:

# 1. LOCAL, DATA E HORA:

**1.1.** A sessão pública será realizada no site [www.pregaoonlinebanrisul.com.br](http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br), no dia 15/03/2023, com início às 09h00min00s, horário oficial de Brasília – DF, e de acordo com o seguinte cronograma:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **Ato processual** | **Horário** |
| a) | Início do recebimento das propostas: | 1º/03/2023 – 08h00min |
| b) | Abertura das propostas: | 30/03/2023 - 09h00min |
| c) | Início da disputa: | 30/03/2023 - 09h01min |
| d) | Tempo da disputa por item: | 05 minutos |

**1.2.** As empresas que desejarem participar do referido **“PREGÃO”** devem acessar o sítio [www.pregaoonlinebanrisul.com.br](http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br) necessitando estar **credenciadas** junto à seção de cadastro da CELIC (central de licitações/RS), podendo ser acessada pelo sítio [www.celic.rs.gov.br](http://www.celic.rs.gov.br) ou [www.pregaoonlinebanrisul.com.br](http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br). O edital e seus anexos poderão ser baixados por *download* nos sítios [www.pregaoonlinebanrisul.com.br](http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br) e [www.ibiraiaras.rs.gov.br](http://www.caseiros.rs.gov.br) no menu: Acesso à informação > licitações > pregão eletrônico n.º 08/2023.

**1.3.** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

# 2. DO OBJETO LICITADO:

**2.1.** A presente licitação objetiva a contratação de pessoa jurídica especializada na realização de levantamento e projeto de regularização fundiária urbana - REURB, visando cumprir decisão judicial do processo n.º 057/1.18.0002874-8 da 1ª Vara da Comarca de Lagoa Vermelha, conforme especificações do termo de referência, anexo VI.

# 3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

**3.1.** Poderão participar desta licitação as empresas que atenderem todas as exigências constantes neste edital, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas junto à seção de cadastro da CELIC (central de licitações/RS), podendo ser acessada pelo sítio www.celic.rs.gov.br, e satisfaçam as exigências contidas no site [www.pregaoonlinebanrisul.com.br](http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br), para acesso ao sistema eletrônico.

**3.2.** Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

**3.3.** Será vedada a participação de:

**a)** Empresas declaradas inidôneas por ato de qualquer autoridade competente para tanto;

**b)** Empresas sob processo de falência;

**c)** Empresas impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública;

**d)** Empresas consorciadas;

**e)** Licitantes cujos objetos sociais não sejam compatíveis com o objeto deste pregão.

**3.4.** As microempresas e empresas de pequeno porte terão tratamento diferenciado previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

**3.4.1.** As empresas de que trata o subitem anterior deverão, no ato de envio da proposta eletrônica inicial, em campo próprio do sistema, declarar que atendem, sob as penas da Lei, aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, estando aptas a usufruírem do tratamento favorecido, estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

# 4. DA REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO:

**4.1.** Para participar do pregão, o licitante deverá estar regularmente credenciado, conforme item 3.1., e apto a utilizar o sistema “pregão eletrônico” através do site [www.pregaoonlinebanrisul.com.br](http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br).

**4.2.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

**4.3.** O credenciamento do licitante junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**4.4.** O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao município de Ibiraiaras, promotor da licitação, responsabilidade em eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**5. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO:**

**5.1**. As impugnações ao ato convocatório do pregão deverão obedecer ao disposto no artigo 164 da Lei 14.133/21.

**5.2.** Caberá ao pregoeiro encaminhar as impugnações à autoridade competente, que decidirá no prazo legal.

**6. DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:**

**6.1**. A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequentemente encaminhamento da proposta de preços, valor unitário e valor total, e demais informações necessárias, até o horário previsto no **item 1.1.**

**6.1.1.** A proposta de preços será formulada e enviada em formulário específico, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico.**

**6.1.2.** O *upload* da proposta no site www.pregaobanrisul.com.br será de total responsabilidade do licitante, o qual deverá se certificar de que a proposta anexada seja visível e legível em sua integridade, em folha de tamanho A4, sem a necessidade de qualquer ação do pregoeiro que não seja abrir e imprimir o arquivo, **devendo conter obrigatoriamente as informações constantes no anexo I deste edital,** sob pena de desclassificação.

**6.1.3.** As empresas participantes deverão anexar, no mesmo arquivo da proposta digital inicial oprospecto ou outro documento que comprove a conformidade das especificações técnicas exigidas no edital.

**6.2**. O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

**6.3**. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

**6.4**. As propostas que eventualmente contemplem especificações diversas das constantes no termo de referência serão desconsideradas.

**6.5. As propostas digitais deverão ter obrigatoriamente as seguintes informações e documentos, sob pena de desclassificação:**

**a)** Dados da empresa: razão social, CNPJ, endereço completo, telefone e e-mail;

**b)** Dados do representante legal: nome, CPF, RG, endereço completo, telefone e e-mail;

**c)** Preço unitário em moeda corrente nacional, em algarismo com o máximo de duas casas decimais após a vírgula. No preço proposto deverá estar incluído, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;

**d)** Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico. No silêncio da proposta, subentende-se validade de 60 (sessenta) dias.

**e)** Caso o licitante possua conta corrente em banco, informar na proposta o banco, número da agência e o número da conta corrente.

**6.6.** Omissões, erros, rasuras ouquaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, ensejará a desclassificação da proposta.

**6.6. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**a)** Possuir corpo técnico qualificado em conformidade com o porte do serviço contratado, legalmente habilitados a realizar a execução do objeto, devendo ter, no mínimo, 3 profissionais responsáveis técnicos com atribuições para projetar, realizar os levantamentos planialtimétricos georreferenciados e análise da situação ambiental, devidamente registrados em seus respectivos conselhos de classe;

**b)** Comprovação de vínculo do profissional com a empresa contratada (original ou fotocópia autenticada) mediante contrato social, ou registro na carteira profissional, ou ficha de empregado ou contrato de trabalho;

**c)** Comprovação de experiência técnica na execução dos serviços, através de atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público, com mesmo objeto proposto neste termo.

**d)** Certidão de Registro da empresa licitante no CREA/RS – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul ou CAU/RS - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul;

**e)** Certidão de Registro de seu responsável técnico no CREA/RS – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul ou CAU/RS - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul;

Obs.: A prova de a empresa possuir no quadro funcional, profissionais de nível superior, será feita, em se tratando de sócio da empresa, por intermédio da apresentação do contrato social e no caso de empregado, mediante cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

**6.7.** A microempresa ou a empresa de pequeno porte que possuir restrições em qualquer dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista, previstos no item *“6.1”*, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em **cinco dias úteis**, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

**6.7.1.** O benefício de que trata o item *“6.4.”* não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

**6.8. Serão desclassificadas as propostas que apresentaram valores superiores ao valor máximo previsto no Termo de Referência (anexo VI) do presente edital.**

**7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES:**

**7.1.** Aberta à etapa competitiva (sessão pública), o licitante deverá encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.

**7.2.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo **VALOR GLOBAL**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

**7.3.** Somente serão aceitos lances cujos valores forem menores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema. Somente serão aceitos lances com valor igual ou superior a R$ 10,00 (dez reais), em relação a última proposta de menor valor.

**7.4**. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

**7.5**. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro, mediante encaminhamento de aviso pelo sistema, sendo-lhe facultado a prorrogação. Após o encerramento feito pelo pregoeiro, transcorrerá o período aleatório de até 20 (vinte) minutos, determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**7.6**. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva, do pregão eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances retornando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**7.7.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e terá início somente após a comunicação expressa aos participantes.

**7.8.** Após o fechamento da etapa de lances o pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance com menor valor total do obtido, como decidir sobre a sua aceitação.

**7.9.** O pregoeiro anunciará o licitante vencedor de menor valor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação, observado o contido no item 8.1.

**8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:**

**8.1**. Após análise da proposta e documentação, o pregoeiro anunciará o licitante vencedor.

**8.2**. Na hipótese da proposta ou do lance de menor preço não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender as exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente; verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

**8.3**. Sendo suscitada alguma dúvida quanto ao objeto proposto pelo licitante vencedor, em razão das especificações indicadas na proposta, o pregoeiro poderá diligenciar para a verificação do bem e/ou solicitar declaração expedida pela empresa, de que o objeto possui as características indicadas na proposta, como condição necessária para adjudicação do objeto.

**8.3.1.** O julgamento será realizado pelo pregoeiro, levando em consideração o menor preço global.

**8.3.2.** O licitante que não atender ao disposto no item “**8.3**.”, em prazo estabelecido pelo pregoeiro, estará sujeito à desclassificação do item proposto.

**8.4.** Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

**8.4.1.** A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, que se iniciará após a fase de lances, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste pregão;

**8.4.2**. O sistema encaminhará mensagem automática, por meio do chat, convocando a microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontra em segundo lugar, a fazer sua última oferta no prazo de 5 (cinco) minutos sob pena de decair do direito concedido;

**8.4.3**. Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes, que porventura se enquadrem na condição prevista no caput, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**8.4.4**. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no caput desta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.

**8.5**. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

**8.6**. Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preço, o pregoeiro solicitará a respectiva licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação.

**9. DA HABILITAÇÃO:**

**9.1**. Após encerramento da etapa de lances, a empresa vencedora deverá anexar os documentos discriminados no item 9.3, e a proposta vencedora ajustada aos lances dados (conforme modelo anexo IV), ao sistema pregão eletrônico Banrisul. Caso os documentos anexados no sistema não sejam assinados digitalmente, a empresa vencedora deverá enviar, em até 3 (três) dias úteis, os documentos originais ou cópias autenticadas, podendo ser prorrogável por igual prazo a critério da Administração, sob pena de desclassificação da proposta e suspensão no cadastro de fornecedores pelo prazo de até 3 (três) anos.

**9.1.1**. Os documentos de habilitação deverão estar em vigor na data de abertura do certame quando da apresentação definitiva dos documentos.

**9.2.** Não serão aceitos protocolos, documentos não autenticados, nem documentos com prazo de validade vencido.

**9.2.1.** Quando o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de emissão, exceto comprovante de inscrição no CNPJ e atestado de capacidade técnica (quando este for solicitado).

**9.2.2.** Os proponentes interessados na autenticação das cópias, deverão dirigir-se ao setor de Compras, desde que apresentados os documentos originais, acompanhados das respectivas cópias.

**9.2.2.1.** Certidões emitidas via internet terão sua autenticidade confirmada nos respectivos sites.

**9.2.3.** Os documentos deverão ser, preferencialmente, apresentados fixos em pasta própria, numerados e rubricados pelo representante legal da empresa, não devendo ser entregues soltos.

**9.3.** O licitante vencedor deverá apresentar a seguinte documentação relativa a habilitação:

**9.3.1.** Documentos pertinentes à capacitação jurídica:

1. Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, já adequados a Lei Federal nº 10.406/2002;

**9.3.2.** Documentos pertinentes a regularidade fiscal e trabalhista:

1. Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoas jurídicas (CNPJ);
2. Prova de regularidade com a fazenda federal (a certidão de regularidade com a fazenda federal deverá ser emitida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), e deve abranger inclusive as contribuições sociais previstas na lei 8.212, de 24.7.1991;
3. Prova de regularidade para com a fazenda estadual da sede do proponente;
4. Prova de regularidade com a fazenda municipal da sede do proponente;
5. Certificado de regularidade de situação (CRF) perante o fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS;
6. Certidão negativa de débitos trabalhistas.

**9.3.2.1.** As certidões mencionadas neste **“9.3.2.”** poderão ser substituídas pelo **cadastro** junto a central de licitações do estado do Rio Grande do Sul - CELIC, para participar de licitações com objeto similar ao do presente “pregão” (informações para realização de cadastro nos respectivos órgãos estão disponíveis em sua página na internet: www.celic.rs.gov.br (cadastro de fornecedores)).

**9.3.2.2.** Na hipótese do item “**9.3.2.1.”**, caso haja certidões vencidas na data da apresentação, deverão elas ser apresentadas, com a data de validade atualizada, juntamente com os documentos desta licitação.

**9.3.2.3.** Se o licitante comprovar seu **cadastro** junto à CELIC, deverá apresentar o certificado de fornecedor do estado.

**9.3.3**. **Declarações:**

1. Declaração subscrita pelo representante legal da proponente de que ela não incorre em qualquer das condições impeditivas (**conforme modelo** [**anexo**](#_ANEXO_III_-) **V**), especificando:
2. Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
3. Que não está impedido de contratar com a Administração Pública, por si ou seus diretores;
4. Declaração do licitante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (conforme modelo do [anexo V](#_ANEXO_III_-)), assinada por representante(s) legal(is) da empresa;
5. Declaração expressa de que o proponente tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do edital e seus anexos **(**[**anexo**](#_ANEXO_III_-) **V)**.
6. Caso a empresa tenha se declarado ME ou EPP no ato de envio da proposta eletrônica inicial, em campo próprio do sistema, conforme dispõe o item “**3.4.1.”** do edital, a empresa deverá apresentar declaração, firmada por seu contador, ou representante legal, ou outro documento idôneo, de que cumpre, sob as penas da lei, os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos [artigos 42](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp123.htm#art42) ao 49 da Lei Complementar n.º 123, de 2006 conforme modelo constante no [**anexo III**](#_ANEXO_V_-) do presente edital.

**9.3.4. Visita técnica:**

1. Atestado de visita assinado por um responsável indicado pelo Município de Ibiraiaras e por representante da empresa licitante, ou, a licitante deverá emitir declaração de prévio conhecimento básico da área a ser regularizada.

**9.3.5. Representação legal:**

1. Termo de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, com todos os dados pessoais do representante credenciado (CPF, RG e endereço residencial completo), com firma reconhecida, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame conforme [**anexo II**](#_ANEXO_IV_–).

**9.4.** O licitante vencedor deverá apresentar a seguinte documentação relativa à proposta:

1. A última proposta vencedora nos exatos termos apresentados durante a sessão eletrônica, juntamente com informações sobre o objeto ofertado.

**9.5.** Os documentos referidos no item **“9.3.”** poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor público municipal.

**9.5.1.** No caso de autenticação por servidor deste órgão de licitação, os licitantes deverão apresentar a documentação exigida para habilitação no serviço de licitações e contratos, acompanhada dos respectivos originais, desde que respeitados os prazos para sua entrega no pregão.

**9.5.1.1.** Não serão autenticadas as certidões emitidas pela *internet*, tendo em vista que a veracidade das mesmas é verificada *online*.

**9.6.** Em havendo alguma restrição quanto às certidões mencionadas no item **“9.3.”**, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a apresentação de nova documentação, sem restrições.

**9.6.1.** Não terá direito ao prazo previsto no item anterior a microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha deixado de apresentar algum dos documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista.

**9.6.1.1.** A não correção da documentação relativa à regularidade fiscal, no prazo constante do subitem **“9.6.”**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste pregão, sendo facultado ao município convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinar a ata/contrato ou revogar a licitação.

**10. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO:**

**10.1.** Os documentos necessários à habilitação e a proposta de preços atualizada com o lance vencedor, tal como exige o item 9.1, deverá (se não anexada ao sistema do pregão eletrônico Banrisul com assinaturas digitais) ser apresentada em envelope fechado contendo a identificação do proponente e o n.º do pregão a que se refere, na face externa:

|  |
| --- |
| **MUNICÍPIO DE IBIRAIARAS**  **PROCESSO LICITATÓRIO N.º 37/2023**  **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 08/2023**  **RAZÃO SOCIAL:**  **CNPJ:**  **E-MAIL OFICIAL:**  **TELEFONE:** |

**10.2 AS EMPRESAS QUE ANEXAREM AO SISTEMA PREGÃO BANRISUL OS DOCUMENTOS COM AS DEVIDAS ASSINATURAS DIGITAIS, FICAM DISPENSADAS DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS FÍSICOS.**

**11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:**

**11.1.** Caberá recurso nos casos previstos na Lei 14.133/21, devendo o licitante **manifestar motivadamente** sua intenção de interpor recurso, no prazo de 05 (cinco) minutos, através de formulário próprio do sistema eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.

**11.1.1.** A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo pregoeiro.

**11.2.** O licitante, que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pelo pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias.

**11.3.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante no prazo previsto no item **“11.1.”** importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo pregoeiro ao vencedor.

**11.4.** O recurso contra decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo.

**11.5.** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11.6.** Caso não haja funcionamento do sistema na data prevista para a prática do recurso na forma estabelecida no item 11.2, será cabível ao recorrente apresentar as razões recursais nos prazos legais pelo e-mail oficial <licitacoes@pmibiraiaras.com.br>, ou entregues pessoalmente.

**11.7.** Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos desta licitação, aquele que aceitar sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

**12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:**

**12.1**. Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o pregoeiro opinará pela adjudicação do objeto licitado, o que posteriormente será submetido à autoridade competente para homologação.

**12.2**. No caso de interposição de recurso, após proferida a decisão, serão adotados os mesmos procedimentos já previstos neste edital para adjudicação e homologação do resultado da licitação.

**13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

**13.1.** A **licitante** que não satisfizer os compromissos assumidos, serão aplicadas as seguintes penalidades:

**a)** A CONTRATADA ficará sujeita a multa de até 20% (vinte por cento), sobre o valor total adjudicado no caso de apresentação de documento ou declaração falsa para fins de habilitação no presente processo licitatório. No presente caso, a contratação será rescindida e será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo de até 03 (três) anos, conforme dispõe o artigo 156, parágrafo 4º da Lei Federal nº 14.133/2021;

**b)** A recusa pelo fornecedor em atender ao objeto adjudicado acarretará a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ata/contrato administrativo;

**c)** A inexecução do contrato administrativo ou da ordem de compra/nota de empenho, acarretará a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato administrativo, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 03 (três) anos, conforme dispõe o artigo 156, parágrafo 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

**13.2.** Na aplicação das penalidades previstas no edital, o município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 156, “caput”, da Lei nº 14.133/21.

**13.3.** As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.

**13.4.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**13.5.** Após o andamento do devido procedimento administrativo para aplicação de penalidades, poderá haver compensação de valores, realizando o desconto das multas aplicadas no pagamento pendente da empresa penalizada.

# 14. DO PAGAMENTO:

**14.1.** O pagamento será efetuado de forma parcelada, conforme os serviços forem executados, pelos valores constantes na nota fiscal de prestação de serviços, e o pagamento deverá ser efetuado até o 10º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, respeitando sempre os valores contratados.

**14.2.** Os pagamentos serão realizados através de depósito bancário na conta da licitante vencedora.

**14.3.** Nenhum pagamento isentará o licitante vencedor das responsabilidades assumidas, quaisquer que sejam, nem implicará na aceitação definitiva do objeto do presente instrumento.

**14.4**. Caso a Contratada designe empregado para executar os serviços contratados, os pagamentos somente serão realizados após a comprovação do recolhimento das contribuições sociais devidas e dos direitos dos funcionários, iniciando-se esta conferência a partir do segundo mês da prestação dos serviços, com conferência do período anterior.

# 15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

**15.1.**As despesas decorrentes da presente licitação serão cobertas por conta da seguinte dotação orçamentária:

|  |  |
| --- | --- |
| Órgão: | 04 Secretaria Municipal de Orçamento e Finanças |
| Unid. Orçamentária: | 04.01 Secretaria geral |
| Projeto/Atividade: | 2.016 Regularização fundiária |
| Rubrica: | 3.3.90.39.00.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica |
| Fonte: | 1500 Recursos não vinculados de impostos |

# 16. DO CONTRATO ADMINISTRATIVO:

**16.1.** Encerrada a fase de julgamento, e homologada pelo prefeito municipal, a administração convocará o vencedor para assinar o contrato, conforme modelo constante no **anexo I**, no prazo de 02 dias úteis contados da data do recebimento da intimação podendo ser realizada por correio eletrônico, ou pelo correio ou outro meio idôneo, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das demais sanções legais previstas no art. 90 da Lei Federal n° 14.133/2021 e alterações.

**16.2.** O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do prazo constante no item 16.1.

**16.3.** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado caso o serviço não tenha sido concluído ou, a critério da Administração e com a anuência da contratada, nos termos do art. 107, da Lei n.° 14.133/2021.

**16.4.** Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser requerido pela contratada acompanhado de documentos que comprovem o desequilíbrio contratual.

**16.5.** Do contrato a ser assinado com o vencedor da presente licitação, constarão as cláusulas necessárias previstas no art. 92 e as possibilidades de extinção do contrato, na forma determinada nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores.

**16.6.** O Município poderá nas mesmas condições contratuais, realizar acréscimos ou supressões do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do artigo 125, da Lei nº 14.133/21.

**16.7.** Quando houver substituição do profissional, as empresas contratadas deverão apresentar previamente todos os documentos de qualificação técnica exigidos neste edital e demonstrar o vínculo de emprego, caso o profissional não seja integrante do quadro social.

# 17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

**17.1**. É facultado ao pregoeiro oficial, auxiliado pela equipe de apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**17.2**. A critério da Administração o objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com o artigo 125, da Lei n.º 14.133/21.

**17.3**. A apresentação da proposta de preços implica aceitação plena e total das condições deste pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas nos artigos 155 a 163, da Lei 14.133/21.

**17.4**. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

**17.5**. Serão utilizados para a realização deste certame, recursos de tecnologia da informação, composto por um conjunto de programas que permitem confrontação sucessiva através de envio de lances dos proponentes, com plena visibilidade para o pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, através da rede mundial de computadores – internet.

**17.6**. O fornecedor deverá fazer o seu cadastramento junto ao site [www.pregaoonlinebanrisul.com.br](http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br) e preencher o termo de adesão, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse em cadastrar-se e apresente a documentação exigida, tenha acesso ao portal.

**17.6.1** O credenciamento junto ao órgão provedor deverá ser feito no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis antes da data de realização do pregão eletrônico. Esta exigência se constitui em orientação e segurança para que o licitante que irá participar pela primeira vez em compras eletrônicas esteja devidamente habilitado na data aprazada. Recomenda-se a observância do manual de orientações de compras.

**17.6.2.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

**17.6.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal do licitante, ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**17.6.4.** O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Ibiraiaras, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**17.7.** Como requisito para a participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

**17.8.** O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento, nos valores e condições do referido lance, e caso esse lance seja o escolhido pelo pregoeiro, será reputado perfeito e acabada a negociação.

**17.9.** O fornecedor deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro e/ou pelo sistema ou de sua desconexão.

**17.10.** Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade do licitante.

**17.11.** O Município de Ibiraiaras reserva-se o direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

**17.12**. Fazem parte integrante deste edital:

**Anexo I** – Minuta de contrato administrativo;

**Anexo II** – Modelo de termo de credenciamento;

**Anexo III** – Declaração de enquadramento LC 123/2006;

**Anexo IV** – Modelo de proposta de preços;

**Anexo V** – Modelo de declaração de idoneidade e modelo de declaração de atendimento ao inciso XXXIII da Constituição Federal;

**Anexo VI** - Termo de referência.

**17.13.** Demais informações sobre o edital ou sobre procedimentos, contatar pelo telefone (54)3355-1122 ou pelo e-mail: [licitacoes@pmibiraiaras.com.br](mailto:licitacoes@pmibiraiaras.com.br).

Município de Ibiraiaras/RS, confeccionado em 28 de fevereiro de 2023.

**DOUGLAS ROSSONI**

Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 37/2023**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 08/2023**

# ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

**HOMOLOGADO EM \_\_/\_\_\_\_\_\_\_/2023**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º xx/2023**

O **MUNICÍPIO DE IBIRAIARAS,** pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n° 87.613.584/0001-59, com sede física na Rua João Stella, n.º 55, na cidade de Ibiraiaras/RS, representado pelo Prefeito Municipal, doravante denominado de **CONTRATANTE,** e de outro lado, a xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/CPF sob o n.º xxxxxxxxxxxxxxxx, com sede na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, n.º xxx, representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxxxxxx, abaixo assinado, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si, como justo e contratado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA –** OCONTRATANTE contrata os serviços da CONTRATADA para a prestação dos serviços indicados abaixo:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição** | **Observações** | **Valor unitário** |
| **1** | Demarcação Urbanística. | Levantamento planialtimétrico georreferenciado e elaboração de planta do perímetro do núcleo informal com demonstração das matrículas e transcrições atingidas; mapas, memoriais descritivos e outras documentações necessárias para a Demarcação Urbanística da área a ser regularizada. |  |
| **2** | Levantamento cadastral e estudos preliminares | Estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental, com levantamento cadastral de proprietários, posseiros e confrontantes no núcleo. |  |
| **3** | Levantamento planialtimétrico georreferenciado para projeto de REURB. | Inclui a elaboração de mapa planialtimétrico georreferenciado da situação consolidada e seus respectivos memoriais, inclusive demonstrando as unidades imobiliárias, as construções, o sistema viário, as áreas públicas e eventuais áreas de domínio, áreas verdes e/ou de preservação ambiental; acidentes geográficos e os demais elementos caracterizadores do núcleo a ser regularizado. |  |
| **4** | Estudos técnicos ambientais. | Estudo técnico da situação ambiental existente, com propostas de mitigação e soluções para questões ambientais e de reassentamento dos ocupantes, se for o caso; estudo técnico para situações de risco; estudos e propostas de saneamento dos riscos; cronograma de serviços de implantação de compensações ambientais e saneamento de riscos. |  |
| **5** | Levantamento georreferenciado de benfeitorias e infraestrutura existentes. | Elaboração de mapas georreferenciados e memoriais descritivos identificando os atuais passeios públicos e as residências existentes com as respectivas metragens de área construída e indicação do padrão construtivo;  Elaboração de mapas georreferenciados e memoriais descritivos da infraestrutura existente de rede de água, energia elétrica pública e domiciliar, sistema viário e pavimentação, coleta pluvial e coleta de esgoto. |  |
| **6** | Elaboração de projetos da infraestrutura faltante. | Projetos de compensações urbanísticas, medidas de adequação das desconformidades, adequação da mobilidade urbana e acessibilidade, relocação de edificações se necessário; Projeto de rede de água, energia elétrica pública e domiciliar, projeto de vias e pavimentação, sistema de coleta pluvial, coleta de esgoto (sistema individual ou coletivo, a depender da situação levantada). Inclui projetos, memoriais descritivos, orçamentos e cronogramas físico-financeiros, com aprovação nos respectivos órgãos competentes (RGE / DAER / CORSAN) quando for o caso. |  |
| **7** | Levantamento e organização documental. | Inclui levantamento e organização de cópia dos documentos pessoais, contratos e/ou escrituras públicas de compra e venda, comprovante de residência (água e luz) e carnê de IPTU se já possuir cadastro, de todos os posseiros e/ou proprietário do imóvel. Fornecimento de cópias atualizadas da matrícula do imóvel (validade de 30 dias). Levantamento da documentação dos imóveis (alvarás de construção e cartas de “habite-se”, se houver). Levantamento de eventuais áreas já usucapidas. |  |
| **8** | Acompanhamento do processo de Regularização Fundiária Urbana até o momento de registro. | Acompanhamento técnico junto a prefeitura até conclusão do processo;  Elaboração de toda e qualquer alteração/correção de plantas ou memoriais descritivos que sejam necessárias para atender, se for o caso, o Registro de Imóveis, até abertura definitiva das matrículas. |  |
| **9** | Coleta de assinaturas. | Levantamento e coleta de assinaturas dos posseiros e/ou proprietários, confrontantes e outros necessários na documentação elaborada. |  |
| **10** | Fornecimento de Anotações de Responsabilidade Técnica. | ART’s / RRT’s / TRT’s dos responsáveis técnicos de todas as atividades desenvolvidas e documentação elaborada. |  |
| **11** | Elaboração de requerimentos e Laudos Técnicos. | Requerimentos, termos de compromisso e laudos técnicos necessários para o andamento do processo, inclusive justificando a necessidade de regularização. |  |
| **12** | Atividades complementares | Toda e qualquer atividade complementar correlacionada a persecução do objeto contratado. |  |
| Valor total: | | |  |

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Pela prestação dos serviços referido na cláusula primeira do presente contrato, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor especificado na tabela acima.

Parágrafo primeiro – O Município poderá nas mesmas condições contratuais, realizar acréscimos ou supressões na quantidade estimada, do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do artigo 125, da Lei n.º 14.133/21.

Parágrafo segundo **-** Os participantes deverão cumprir com as seguintes obrigações:

**a)** Disponibilizar profissional de nível superior, legalmente habilitados a realizar a execução do objeto, devendo ter, no mínimo, 3 profissionais responsáveis técnicos com atribuições para projetar, realizar os levantamentos planialtimétricos georreferenciados e análise da situação ambiental, devidamente registrados em seus respectivos conselhos de classe, demonstrando seu vínculo laboral com a empresa contratada;

**b)** Cabe a licitante vencedora apresentar profissional substituto no caso de eventual impossibilidade do designado se fazer presente nas datas e horários estabelecidos, para que as atividades não sofram solução de continuidade.

**c)** As despesas com alimentação, estadia, transporte correm por conta da Contratada.

**d)** Caso o profissional indicado pelo licitante vencedor se mostre insatisfatório ou haja incompatibilidade que permita o prosseguimento da prestação do serviço, caberá a licitante vencedora apresentar substituto que atenda as exigências desta contratação.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – O pagamento será efetuado de forma parcelada, conforme os serviços forem executados, pelos valores constantes na nota fiscal de prestação de serviços, e o pagamento deverá ser efetuado até o 10º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, respeitando sempre os valores contratados.

Parágrafo Primeiro – O pagamento será realizado na seguinte conta corrente da **Contratada:**

**Agência Banco**

**Conta corrente**

Parágrafo Segundo – Caso a Contratada designe empregado para executar os serviços contratados, os pagamentos somente serão realizados após a comprovação do recolhimento das contribuições sociais devidas e dos direitos dos funcionários, iniciando-se esta conferência a partir do segundo mês da prestação dos serviços, com conferência do período antecedente.

**CLÁUSULA QUARTA** – O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado caso o serviço não tenha sido concluído ou, a critério da Administração e com a anuência da contratada, nos termos do art. 107, da Lei n.° 14.133/2021.

Parágrafo único – Ocorrendo às hipóteses previstas no artigo 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser requerido pela contratada acompanhado de documentos que comprovem o desequilíbrio contratual.

**CLÁUSULA QUINTA** – É vedada a subcontratação total ou parcial dos serviços constantes neste contrato administrativo.

**CLÁUSULA SEXTA** – A **Contratada** que não satisfazer os compromissos assumidos, serão aplicadas as seguintes penalidades:

**a)** A CONTRATADA ficará sujeita a multa de até 20% (vinte por cento), sobre o valor total adjudicado no caso de **apresentação de documento ou declaração falsa** para fins de habilitação no presente processo licitatório. No presente caso, a contratação será rescindida e será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo de 03 (três) anos, conforme dispõe o artigo 156, parágrafo 4º da Lei Federal nº 14.133/2021;

**b)** A recusa pelo fornecedor em atender ao objeto adjudicado ou se recusar a assinar o contrato administrativo acarretará a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total **do contrato administrativo**.

**c)** A **inexecução do contrato administrativo**, acarretará a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total **do contrato administrativo**, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 03 (três) anos, conforme dispõe o artigo 156, parágrafo 4º da Lei Federal Nº 14.133/2021.

Parágrafo primeiro -Na aplicação das penalidades previstas no edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 156, “caput”, da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo segundo -As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.

Parágrafo terceiro -Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Parágrafo quarto -Após o andamento do devido procedimento administrativo para aplicação de penalidades, poderá haver compensação de valores, realizando o desconto das multas aplicadas no pagamento pendente da empresa penalizada.

**CLÁUSULA SÉTIMA –** As despesas decorrentes do presente contrato administrativo serão cobertas por conta das seguintes dotações orçamentárias:

|  |  |
| --- | --- |
| Órgão: | 04 Secretaria Municipal de Orçamento e Finanças |
| Unid. Orçamentária: | 04.01 Secretaria geral |
| Projeto/Atividade: | 2.016 Regularização fundiária |
| Rubrica: | 3.3.90.39.00.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica |
| Fonte: | 1500 Recursos não vinculados de impostos |

**CLÁUSULA OITAVA –** A **CONTRATADA** assume a obrigação de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA NONA –** Constitui motivo para rescisão do contrato, a ocorrência das hipóteses previstas no art. 137 da Lei 14.133/2021 e alterações.

Parágrafo único – A rescisão se dará na forma especificada no art. 138, aplicadas as consequências fixadas no art. 139 da Lei, ambos artigos da Lei 14,133/2021 e alterações, sempre assegurada a ampla defesa, porém com faculdade a administração de agir preventiva e imediatamente, inclusive com suspensão dos serviços, quando o interesse público recomendar.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA –** A **CONTRATADA** signatária fica expressamente vinculada aos termos da proposta da licitante vencedora.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA –** A **CONTRATANTE** poderá descontar das parcelas vincendas o valor equivalente à multa que tenha incidido a **CONTRATADA** por descumprimento ao que fora pactuado, bem como qualquer tributo incidente.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA –** A contratada fica responsável, em qualquer caso, por danos e prejuízos que, eventualmente, venha a causar ao contratante, bens, propriedades, ou a terceiros, em decorrência da execução do serviço, correndo às suas expensas, sem responsabilidade ou ônus para o contratante, o ressarcimento ou indenização que tais danos ou prejuízos possam motivar.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA –** A contratada assumirá inteira responsabilidade por todos os prejuízos que venha dolosa ou culposamente prejudicar o Município, quando da execução dos serviços.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA –** Constituem obrigações das partes todas as regras constantes no edital de pregão Eletrônico n.º 08/2023 e na Lei n.º 14.133/2021.

**CLAUSULA DÉCIMA SEXTA –** Ficam nomeados os seguintes servidores para exercerem a fiscalização da execução contratual:

**a)** XXXXXXXX, para exercer a função de Gestor do Contrato Administrativo;

**b)** XXXXXXXX,para exercer a função deFiscal do Contrato Administrativo.

**CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA –** Quando houver substituição dos profissionais, a CONTRATADA deverá apresentar previamente todos os documentos de qualificação técnica exigidos no edital e demonstrar o vínculo de emprego, caso o profissional não seja integrante do quadro social.

**CLAUSULA DÉCIMA OITAVA –** As partes elegem o Foro da Comarca de Lagoa Vermelha – RS para dirimir qualquer conflito oriundo do presente contrato, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

*Assim, após lido na presença do Contratante e Contratada, assinaram o presente instrumento contratual, em três vias, para que melhor forma em direito admitida, produza seus jurídicos e legais efeitos para si e seus sucessores.*

*Município de Ibiraiaras/RS, em xx de xxxxxxxxxx de 2023.*

|  |  |
| --- | --- |
| **MUNICÍPIO DE IBIRAIARAS/RS**  **DOUGLAS ROSSONI**  *Contratante* | **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**  *Contratada* |
| **xxxxxxxxxx**  Gestor | **xxxxxxxxxxx**  Fiscal |

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 37/2023**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 08/2023**

# ANEXO II – MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

A empresa..............................., inscrita no CNPJ sob nº ..................., através do presente, credencia o(a) Sr(a) ....................., portador da cédula de identidade nº ......................., CPF nº .................. a participar da licitação instaurada pelo município de Ibiraiaras, na modalidade de **Pregão Eletrônico, sob o nº 08/2023**, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa, bem como formular propostas e praticar todos os demais atos inerentes ao certame, inclusive assinar a ata de registro de preços e o contrato administrativo.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_, de 2023.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Representante Legal

**(Firma Reconhecida)**

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 37/2023**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 08/2023**

# ANEXO III - MODELO DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob n. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, ou contador, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF nº. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, DECLARA, para fins de participação no **Pregão Eletrônico n.º 08/2023**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Data

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Contador)

CRC

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Representante legal)

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 37/2023**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 08/2023**

# ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

|  |  |
| --- | --- |
| **Empresa:** | |
| **CNPJ:** | **Inscrição Estadual:** |
| **Endereço:** | **n.º:** |
| **Cidade:** | **Estado:** |
| **CEP:** |  |
| **Telefone:** | **E-mail:** |
| **Banco:** | **Agência:** |
| **Número da conta:** |  |
|  |  |
| **Representante legal:** | |
| **CPF:** | **RG:** |
| **Endereço:** | **n.º:** |
| **Cidade:** | **Estado:** |
| **CEP:** |  |
| **Telefone:** | **E-mail:** |

Ao Município de Ibiraiaras

Vimos através desta apresentar proposta comercial referente ao processo licitatório n.º 37/2023 – pregão eletrônico n.º 08/2023, cujo objeto é a contratação de empresa para execução dos serviços constantes abaixo:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição** | **Observações** | **Valor unitário** |
| **1** | Demarcação Urbanística. | Levantamento planialtimétrico georreferenciado e elaboração de planta do perímetro do núcleo informal com demonstração das matrículas e transcrições atingidas; mapas, memoriais descritivos e outras documentações necessárias para a Demarcação Urbanística da área a ser regularizada. |  |
| **2** | Levantamento cadastral e estudos preliminares | Estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental, com levantamento cadastral de proprietários, posseiros e confrontantes no núcleo. |  |
| **3** | Levantamento planialtimétrico georreferenciado para projeto de REURB. | Inclui a elaboração de mapa planialtimétrico georreferenciado da situação consolidada e seus respectivos memoriais, inclusive demonstrando as unidades imobiliárias, as construções, o sistema viário, as áreas públicas e eventuais áreas de domínio, áreas verdes e/ou de preservação ambiental; acidentes geográficos e os demais elementos caracterizadores do núcleo a ser regularizado. |  |
| **4** | Estudos técnicos ambientais. | Estudo técnico da situação ambiental existente, com propostas de mitigação e soluções para questões ambientais e de reassentamento dos ocupantes, se for o caso; estudo técnico para situações de risco; estudos e propostas de saneamento dos riscos; cronograma de serviços de implantação de compensações ambientais e saneamento de riscos. |  |
| **5** | Levantamento georreferenciado de benfeitorias e infraestrutura existentes. | Elaboração de mapas georreferenciados e memoriais descritivos identificando os atuais passeios públicos e as residências existentes com as respectivas metragens de área construída e indicação do padrão construtivo;  Elaboração de mapas georreferenciados e memoriais descritivos da infraestrutura existente de rede de água, energia elétrica pública e domiciliar, sistema viário e pavimentação, coleta pluvial e coleta de esgoto. |  |
| **6** | Elaboração de projetos da infraestrutura faltante. | Projetos de compensações urbanísticas, medidas de adequação das desconformidades, adequação da mobilidade urbana e acessibilidade, relocação de edificações se necessário; Projeto de rede de água, energia elétrica pública e domiciliar, projeto de vias e pavimentação, sistema de coleta pluvial, coleta de esgoto (sistema individual ou coletivo, a depender da situação levantada). Inclui projetos, memoriais descritivos, orçamentos e cronogramas físico-financeiros, com aprovação nos respectivos órgãos competentes (RGE / DAER / CORSAN) quando for o caso. |  |
| **7** | Levantamento e organização documental. | Inclui levantamento e organização de cópia dos documentos pessoais, contratos e/ou escrituras públicas de compra e venda, comprovante de residência (água e luz) e carnê de IPTU se já possuir cadastro, de todos os posseiros e/ou proprietário do imóvel. Fornecimento de cópias atualizadas da matrícula do imóvel (validade de 30 dias). Levantamento da documentação dos imóveis (alvarás de construção e cartas de “habite-se”, se houver). Levantamento de eventuais áreas já usucapidas. |  |
| **8** | Acompanhamento do processo de Regularização Fundiária Urbana até o momento de registro. | Acompanhamento técnico junto a prefeitura até conclusão do processo;  Elaboração de toda e qualquer alteração/correção de plantas ou memoriais descritivos que sejam necessárias para atender, se for o caso, o Registro de Imóveis, até abertura definitiva das matrículas. |  |
| **9** | Coleta de assinaturas. | Levantamento e coleta de assinaturas dos posseiros e/ou proprietários, confrontantes e outros necessários na documentação elaborada. |  |
| **10** | Fornecimento de Anotações de Responsabilidade Técnica. | ART’s / RRT’s / TRT’s dos responsáveis técnicos de todas as atividades desenvolvidas e documentação elaborada. |  |
| **11** | Elaboração de requerimentos e Laudos Técnicos. | Requerimentos, termos de compromisso e laudos técnicos necessários para o andamento do processo, inclusive justificando a necessidade de regularização. |  |
| **12** | Atividades complementares | Toda e qualquer atividade complementar correlacionada a persecução do objeto contratado. |  |
| **Valor total:** | | |  |

**I -** O preço, acima mencionado, objeto desta licitação, expresso em moeda corrente nacional, estão incluídos os tributos e todos os custos de materiais, equipamentos e serviços necessários para a instalação e implantação para a execução do objeto licitado.

**II -** O prazo de validade da proposta é de ....................... (não inferior a 60 dias) a contar da data aprazada para sua entrega.

**III -** Declaro-me, ainda, de acordo com todos os termos do edital em epígrafe, e respectivos anexos, obrigando-me a cumprir se vencedor for deste certame. Igualmente estou ciente de que quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, ensejará a desclassificação da proposta.

**IV –** Autorizo para o envio de todas as notificações, intimações e esclarecimentos relacionadas ao presente processo licitatório para o e-mail constante na proposta, se assim entendido apropriado pela administração.

**V –** No preço proposto estão inclusas todas as obrigações constantes no edital e na minuta do contrato, inclusive direitos trabalhistas, respectivos encargos sociais, tributos, contribuições, despesas com alimentação, transporte, hospedagem, e qualquer outra que possa surgir.

*Município de xxxxxxxxxxxx, xx de xxxxxxxxxxx de 2023.*

*(Local e data)*

*\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_*

*(Carimbo e assinatura do responsável)*

*(Este Anexo deverá ser apresentado no Envelope Nº 01 – Proposta).*

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 37/2023**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 08/2023**

# ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Ao pregoeiro do Município

**DECLARAÇÃO**

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade **Pregão Eletrônico n.º 08/2023**, em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal de que não possuímos em nosso quadro funcional, pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa signatária não foi declarada INIDÔNEA ou impedida para licitar ou contratar com o poder público, nem está proibida, quer por si ou seus sócios e diretores.

Declaramos que temos pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do edital e seus anexos.

Obrigamo-nos a declarar, sob as penalidades da lei, a superveniência de fato impeditiva da habilitação.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_ de 2023.

CGC/CNPJ:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Razão Social:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Representante Legal

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 37/2023**

**PREGÃO PRESENCIAL N.º 08/2023**

# ANEXO VI – TERMO DE REFERÊNCIA

# 1. Quanto ao objeto:

O presente documento tem por objeto a contratação de pessoas jurídicas capacitadaspara realizar Levantamento e Projeto de Regularização Urbana - REURB, conforme especificações abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição** | **Observações** |
| **1** | Demarcação Urbanística. | Levantamento planialtimétrico georreferenciado e elaboração de planta do perímetro do núcleo informal com demonstração das matrículas e transcrições atingidas; mapas, memoriais descritivos e outras documentações necessárias para a Demarcação Urbanística da área a ser regularizada. |
| **2** | Levantamento cadastral e estudos preliminares | Estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental, com levantamento cadastral de proprietários, posseiros e confrontantes no núcleo. |
| **3** | Levantamento planialtimétrico georreferenciado para projeto de REURB. | Inclui a elaboração de mapa planialtimétrico georreferenciado da situação consolidada e seus respectivos memoriais, inclusive demonstrando as unidades imobiliárias, as construções, o sistema viário, as áreas públicas e eventuais áreas de domínio, áreas verdes e/ou de preservação ambiental; acidentes geográficos e os demais elementos caracterizadores do núcleo a ser regularizado. |
| **4** | Estudos técnicos ambientais. | Estudo técnico da situação ambiental existente, com propostas de mitigação e soluções para questões ambientais e de reassentamento dos ocupantes, se for o caso; estudo técnico para situações de risco; estudos e propostas de saneamento dos riscos; cronograma de serviços de implantação de compensações ambientais e saneamento de riscos. |
| **5** | Levantamento georreferenciado de benfeitorias e infraestrutura existentes. | Elaboração de mapas georreferenciados e memoriais descritivos identificando os atuais passeios públicos e as residências existentes com as respectivas metragens de área construída e indicação do padrão construtivo;  Elaboração de mapas georreferenciados e memoriais descritivos da infraestrutura existente de rede de água, energia elétrica pública e domiciliar, sistema viário e pavimentação, coleta pluvial e coleta de esgoto. |
| **6** | Elaboração de projetos da infraestrutura faltante. | Projetos de compensações urbanísticas, medidas de adequação das desconformidades, adequação da mobilidade urbana e acessibilidade, relocação de edificações se necessário; Projeto de rede de água, energia elétrica pública e domiciliar, projeto de vias e pavimentação, sistema de coleta pluvial, coleta de esgoto (sistema individual ou coletivo, a depender da situação levantada). Inclui projetos, memoriais descritivos, orçamentos e cronogramas físico-financeiros, com aprovação nos respectivos órgãos competentes (RGE / DAER / CORSAN) quando for o caso. |
| **7** | Levantamento e organização documental. | Inclui levantamento e organização de cópia dos documentos pessoais, contratos e/ou escrituras públicas de compra e venda, comprovante de residência (água e luz) e carnê de IPTU se já possuir cadastro, de todos os posseiros e/ou proprietário do imóvel. Fornecimento de cópias atualizadas da matrícula do imóvel (validade de 30 dias). Levantamento da documentação dos imóveis (alvarás de construção e cartas de “habite-se”, se houver). Levantamento de eventuais áreas já usucapidas. |
| **8** | Acompanhamento do processo de Regularização Fundiária Urbana até o momento de registro. | Acompanhamento técnico junto a prefeitura até conclusão do processo;  Elaboração de toda e qualquer alteração/correção de plantas ou memoriais descritivos que sejam necessárias para atender, se for o caso, o Registro de Imóveis, até abertura definitiva das matrículas. |
| **9** | Coleta de assinaturas. | Levantamento e coleta de assinaturas dos posseiros e/ou proprietários, confrontantes e outros necessários na documentação elaborada. |
| **10** | Fornecimento de Anotações de Responsabilidade Técnica. | ART’s / RRT’s / TRT’s dos responsáveis técnicos de todas as atividades desenvolvidas e documentação elaborada. |
| **11** | Elaboração de requerimentos e Laudos Técnicos. | Requerimentos, termos de compromisso e laudos técnicos necessários para o andamento do processo, inclusive justificando a necessidade de regularização. |
| **12** | Atividades complementares | Toda e qualquer atividade complementar correlacionada a persecução do objeto contratado. |

**Valor global máximo previsto: R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).**

# 2. Quanto às normativas a serem seguidas:

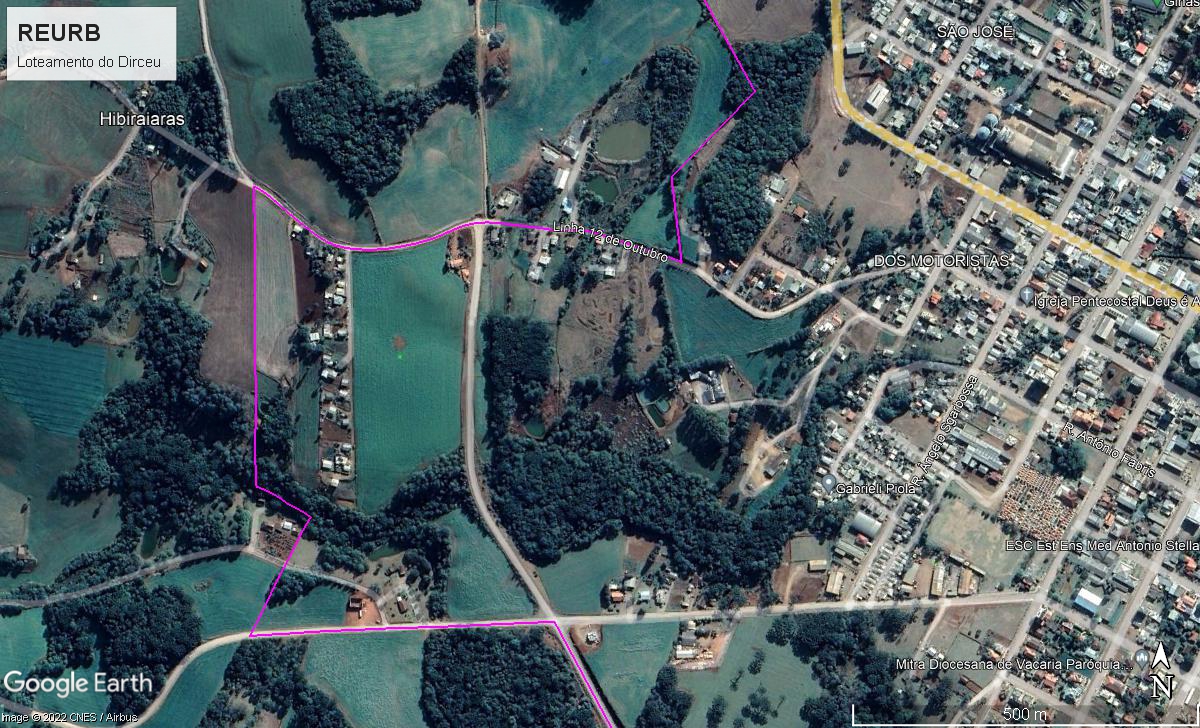
Os serviços e projetos deverão ser executados em conformidade com as leis municipais, estaduais e federais relacionadas ao parcelamento do solo, em especial as Leis Nº 6.766/79, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências; Nº 13.465/17, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana; Decreto Federal Nº 9.310/18; Lei Municipal Nº 2.491/20, que estabelece normas sobre a regularização fundiária urbana – REURB; e a Lei Municipal Nº 2.279/16, que estabelece as diretrizes urbanas no município de Ibiraiaras, bem como suas respectivas alterações.

Além dessas, deverão ser seguidas orientações dos setores técnicos do município e a Lei de Registros Públicos - Lei 6015/73 e demais normativas vigentes.

# 3. Quanto à área a ser regularizada:

A área a ser regularizada é parte da matrícula registrada sob n.º R6/11.896 no Registro de Imóveis de Lagoa Vermelha - RS. O núcleo está localizado na Linha 12 de Outubro, na área urbana do município de Ibiraiaras.

Abaixo são mostradas imagens de satélite da área, disponíveis no Software Google Earth Pro e acessadas em 11 de outubro de 2022.



**Perímetro Urbano**

**Área Rural**

**Área urbana**

Figura : Localização do imóvel a ser regularizado, demarcada na cor vermelha.



Figura : Imagem de satélite aproximada da área a regularizar.

Coordenadas geográficas do imóvel:

28°22'9.65"S

51°38'59.47"O

# 4. Quanto ao prazo da prestação dos serviços:

A documentação deverá ser entregue em três cópias físicas no prazo de 60 dias.

Deverá ser disponibilizado o arquivo no formato “.dwg” para utilização em software de desenho técnico.

# 5. Quanto à fiscalização dos contratos:

A realização dos serviços será acompanhada pelo Gestor e Fiscal do contrato, a serem designados pelo Prefeito Municipal.

# 6. Disposições gerais:

**a)** Executar fielmente os serviços, compreendendo, inclusive, o fornecimento de mão-de-obra e materiais necessários à execução do objeto;

**b)** Possuir atestado de capacidade técnica e experiência, em serviços da mesma espécie, emitido por Prefeitura ou órgãos públicos que gozaram destes serviços;

**c)** Possuir máquinas e equipamentos compatíveis a necessidade;

**d)** Possuir corpo técnico qualificado em conformidade com o porte do serviço contratado, legalmente habilitados a realizar a execução do objeto, devendo ter, no mínimo, 3 profissionais responsáveis técnicos com atribuições para projetar, realizar os levantamentos planialtimétricos georreferenciados e análise da situação ambiental, devidamente registrados em seus respectivos conselhos de classe;

**e)** Certidão de Registro da empresa licitante no CREA/RS – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul ou CAU/RS- Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul;

**f)** Certidão de Registro de seu responsável técnico no CREA/RS – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul ou CAU/RS- Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul;

**g)** Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a presente contratação;

**h)** Propiciar o acesso da fiscalização da CONTRATANTE aos locais onde se realizarão os serviços, para verificação do efetivo cumprimento das condições pactuadas, sendo que a atuação da comissão fiscalizadora da CONTRATANTE não exime a CONTRATADA de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a qualidade dos serviços;

**i)** Fornecer, além dos materiais especificados e mão-de-obra especializada, todas as ferramentas necessárias, ficando responsável por seu transporte e guarda;

**j)** Responsabilizar-se por quaisquer danos ao patrimônio da CONTRATANTE, causados por seus funcionários em virtude da execução dos serviços;

**k)** Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias, e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

**l)** Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiverem sujeitas;

**m)** A CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;

**n)** Os serviços a serem executados preveem obediência às Normas Técnicas da ABNT e às normas dos fabricantes dos materiais e equipamentos;

**o)** Zelar pela proteção dos empregados e de terceiros, durante a execução dos serviços, seguindo as recomendações expressas na legislação pertinente e normas regulamentadoras quanto à engenharia de segurança e medicina do trabalho;

**p)** Caberá a CONTRATADA todos os cuidados necessários para a realização dos serviços, quer seja de sinalização, controle do trânsito, comunicação às autoridades competentes;

**q)** Providenciar a limpeza do local da prestação dos serviços.

# 7. Justificativa:

Os serviços são necessários face à Ação Civil Pública Cível n.º 5001101-24.2018.8.21.0057/RS. Na ação, movida pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, o Município de Ibiraiaras se comprometeu a instaurar REURB na área.

# 8. Observação:

Neste Termo de Referência foram estabelecidas condições referentes à execução do objeto, sendo que para elaboração do edital, faz-se necessária a indicação de considerações de caráter fiscal e jurídico, pelos setores competentes.

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais.

**JOSIANE PERINOTTO,**

Secretária Municipal de Administração e Planejamento